

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ
(Processo Administrativo nº 50300.018038/2021-65)

1. DO OBJETO

- 1.1. *Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de prevenção e combate a incêndio por meio de Brigada de Bombeiro Civil, constituída por 04 (quatro) postos de bombeiro civil e 01 (um) posto de bombeiro civil líder, com o fornecimento dos respectivos equipamentos e de materiais de primeiros socorros, para atuação nas dependências da sede da ANTAQ, Setor de Edifícios Públicos Norte - SEPN, Quadra 514, Conjunto E, Edifício ANTAQ, Brasília – DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:*

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANT. DE POSTOS	QUANT. TOTAL DE BRIGADISTAS	TURNO	JORNADA DE TRABALHO SEMANAL	VALOR MÁXIMO MENSAL POR POSTO
1	1	Bombeiro Civil Líder	1	2	Diurno	12x36	R\$ 23.332,64
	2	Bombeiro Civil	2	4	Diurno	12x36	R\$ 19.211,24
	3	Bombeiro Civil	2	4	Noturno	12x36	R\$ 21.198,90
QUANTIDADE TOTAL			5	10	TOTAL MENSAL		R\$ 104.152,92
<u>Valor Global Da Contratação (20 Meses) - Máximo Aceitável</u>						R\$ 2.083.058,40	

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de prevenção e combate a incêndio por meio de brigada de bombeiro civil.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada Por Preço Global.
- 1.5. *O prazo de vigência do contrato é de 20 (vinte) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.*
- 1.6. O início da vigência contratual está prevista para 10/02/2022.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade de prestação dos serviços definidos no item 1.1 deste Termo de Referência seguem o que determina a IN/SLTI n.º 05/2017, bem como em seu Anexo VI, e o Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego - CBO - nº 5103-05 (Bombeiro Civil Líder ou Chefe da Brigada) e nº 5171-10 (Bombeiro Civil), CATSER nº 25550. Estes dispositivos envolvem a alocação de mão de obra capacitada por meio dos postos fixados pela ANTAQ.

5.2. Para a adequada prestação dos serviços, a Contratada deverá cumprir todos os requisitos para execução do serviço previstos na legislação pertinente e, em específico, na Norma Técnica 007/2011 do CBMDF que indica os profissionais e o quantitativo, com a qualificação e as características a seguir descritas:

5.2.1. O Bombeiro Civil Líder deve possuir certificado de conclusão de ensino médio e o Credenciamento de Bombeiro Civil, previsto nos termos na Norma Técnica 007/2011-CBMDF ou outra que vier a substituí-la.

5.2.2. O Bombeiro Civil Básico deve possuir certificado de conclusão de ensino fundamental e formação técnica com especialização em prevenção e combate a incêndios, salvamento e primeiros socorros, comprovada por meio de certificação expedida por Empresas Formadoras de Bombeiro Civil credenciadas ao CBMDF, nos termos da Norma Técnica 07/2011-CBMDF ou outra que vier a substituí-la.

5.2.3. Os Bombeiros Civis Líderes e Básicos deverão exercer todas as atribuições previstas na Norma Técnica 007/2011 do CBMDF ou outras legislações relacionadas à profissão e estar fisicamente aptos. A atuação da empresa Contratada compreende a execução dos serviços na área de segurança contra incêndio e pânico, abandono da edificação, bem como o desenvolvimento e manutenção de uma mentalidade prevencionista nas dependências da ANTAQ, através do fornecimento e atuação de Brigada de Incêndio Particular, devidamente constituída, certificada e capacitada.

5.2.4. Incumbirá ao Bombeiro Civil Líder a revisão, atualização e manutenção do estoque de materiais e equipamentos de uso da Brigada de Incêndio, de acordo com o mínimo estabelecido pela administração.

5.2.5. O Bombeiro Civil líder atuará na prevenção e no combate a incêndios, e exercerá a autoridade de comandar, orientar e fiscalizar a atuação dos demais Bombeiros Civis.



5.2.6. Os serviços a serem executados pela Brigada de Incêndio envolvem ações de planejamento e acompanhamento, de prevenção e de emergência, devendo ser observadas as atribuições de seus membros, que deverão exercer, no mínimo, as atividades abaixo elencadas e outras estabelecidas na Norma Técnica nº 007/2011-CBMDF.

5.3. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. Visto que o objeto a ser contratado é composto pela prestação de serviços e a fim de nortear os critérios de sustentabilidade que deverão ser observados, destaca-se o Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase nos arts. 5º e 6º da Instrução Normativa nº 01/2010, bem como o decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

6.2. A contratada deverá contribuir, no que couber, para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

6.3. A contratada deverá utilizar materiais e uniformes produzidos com critérios de sustentabilidade ao meio ambiente, preferencialmente reciclados e, na impossibilidade desses, materiais que tenham sido fabricados com a utilização de recursos renováveis ou extraídos da natureza de forma.

6.4. Por se tratar de uma contratação de prestação de serviços exclusiva, os critérios de prática de sustentabilidade deverão estar alinhados com os projetos de Sustentabilidade da ANTAQ. Além disso, deverão ser estimuladas as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição pautados nos seguintes pressupostos e exigências:

- a) Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar o desperdício de água tratada e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo;
- b) O Chefe da Brigada deverá atuar como facilitador das mudanças de comportamento dos empregados da Contratada;
- c) Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas;
- d) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água; e
- e) Observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

6.5. A Contratada deverá orientar seus empregados para colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pela Contratante.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas.

7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.



7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica a seguir.

8.2. A atuação da CONTRATADA compreende a execução dos serviços na área de segurança contra incêndio e pânico, abandono da edificação, bem como desenvolver e manter uma conduta preventiva nas dependências da ANTAQ, através do fornecimento e atuação de Brigada de Bombeiros Cíveis, devidamente constituída, certificada e capacitada.

8.3. Os serviços a serem executados pela CONTRATADA compreendem ações de planejamento e acompanhamento, de prevenção e de emergência, conforme abaixo:

8.3.1. Ações de Planejamento e Acompanhamento:

- a) A Licitante fornecerá a retificação do Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndio (PPCI) da ANTAQ, caso necessário, com a finalidade de atualizar a avaliação dos riscos de incêndio específicos da edificação à exceção dos eventos classificados como atividade eventual que possuem legislação específica, conforme previsão da NT 007/2011-CBMDF;
- b) A Contratada ficará responsável por treinar e capacitar os brigadistas voluntários do quadro da Entidade, sendo o treinamento de no mínimo 16 horas, observado o Currículo Básico previsto na NT 007/2011-CBMDF, e preferencialmente, realizado nas dependências da Agência para treinamento e orientação do Brigadista Voluntário e as particularidades da Instituição:

A- Parte Teórica		
Módulo	Assunto	
01 Classe de Incêndio	Classificação e Características	Conhecer as classes de incêndio
01 Agente Extintor	Água (jato/neblina), PQS, CO2, espumas e outros.	Conhecer os agentes, suas características e aplicações.

B- Parte Prática		
01- Prática	Combate a incêndios	Praticar as técnicas de combate a incêndio, em local adequado.
02 - Abandono de Prática	Procedimentos	Conhecer as técnicas de abandono de área, saída organizada, pontos de encontro, chamada e controle de pânico.

c) Atualizar, quando necessário, e executar o Plano Contra Incêndio e Pânico (PPCI), conforme estabelecido no subitem 4.8 da NT Nº 007/2011–CBMDF;

d) elaborar e apresentar à ANTAQ os Relatórios Mensais dos Serviços Prestados.



e) Nos postos de trabalho de Bombeiro Civil serão realizados os seguintes serviços:

- 1) verificação das condições dos extintores e sistemas de combate a incêndio;
- 2) verificação dos hidrantes de parede;
- 3) verificação dos acionadores manuais;
- 4) verificação dos ambientes tidos como rotas de fuga, tais como: escadas, passagens, iluminação dos ambientes;
- 5) iluminação das portas porta-fogo;
- 6) verificação dos pontos de eletricidade;
- 7) verificação da copa, como: funcionamento dos sistemas de Benjamins, botijões de gás com respectivas mangueiras, registros e outros;
- 8) verificação dos registros de recalque;
- 9) verificação das sinalizações internas e externas;
- 10) verificação do sistema de elevadores, tais como: funcionamento, barulhos anormais, sistema de comunicação e alarme;
- 11) verificação das condições da estrutura física do edifício;
- 12) verificação das irregularidades diversas dentro da área de atuação.

8.3.2. **Ações de Prevenção:**

- a) realizar os exercícios simulados no mínimo anualmente, na edificação, para treinar a brigada em suas atribuições e a população para o abandono seguro da edificação;
- b) identificar e avaliar os riscos existentes;
- c) elaborar relatório das irregularidades encontradas nos sistemas preventivos com apresentação de eventuais sugestões para melhoria das condições de segurança;
- d) conhecer, em profundidade, a técnica e tática para utilização dos equipamentos e sistemas de extinção de incêndio: mangueiras, extintores, chuveiros automáticos e CO₂;
- e) conhecer a localização dos alarmes, extintores, caixas de incêndio, bem como a ligação do conjunto de bombas de pressurização da rede de hidrantes;
- f) inspecionar periodicamente os equipamentos de proteção contra incêndio e de rotas de fuga, e comunicar a ANTAQ, na maior brevidade possível, quando detectada qualquer anormalidade;
- g) analisar com rapidez a situação e empregar os meios disponíveis para debelar o incêndio;
- h) investigar a origem de qualquer anormalidade na edificação que seja indício de princípio de incêndio;
- i) comunicar à ANTAQ toda ocorrência anormal que verificar;
- j) apresentar à ANTAQ relatório formal das irregularidades encontradas, com propostas e medidas corretivas adequadas e posterior verificação da execução;
- k) testar periodicamente os equipamentos de combate a incêndio e afins;
- l) avaliar, liberar e acompanhar as atividades de risco;
- m) integrar a empresa ao (s) órgão (s) de bombeiros públicos da área onde estiver localizada, através de visitas recíprocas e intercâmbio de informações;
- n) atualizar e atender ao plano de emergência da ANTAQ, a ser elaborado por profissional habilitado ou empresa especializada;
- o) auxiliar no abandono da edificação;
- p) verificar a transmissão do alarme aos ocupantes do prédio;
- q) combater os incêndios em sua fase inicial, de forma que possam ser controlados por meio de extintores ou mangueiras de incêndio da própria edificação;
- r) prestar os primeiros socorros;
- s) solicitar a retirada de materiais para reduzir as perdas patrimoniais devido a sinistros;
- t) estar sempre em condições de auxiliar o CBMDF, por ocasião d e sua chegada, no sentido de fornecer dados gerais sobre o evento bem como, promover o rápido e fácil acesso aos dispositivos de segurança;
- u) efetuar rondas diárias e esporádicas em todas as instalações, verificando a existência de problemas que representem eventuais riscos de incêndio.

8.3.3. **Ações de Emergência:**

- a) identificar e avaliar a situação;
- b) auxiliar no abandono da edificação;
- c) acionar imediatamente o CBMDF, independentemente de análise de situação;
- d) verificar a transmissão do alarme aos ocupantes;
- e) atuar no controle de pânico;
- f) prestar os primeiros socorros a feridos;
- g) realizar a retirada de materiais para reduzir as perdas patrimoniais, devido a sinistros;
- h) interromper o fornecimento de energia elétrica e gás liquefeito de petróleo, quando da ocorrência de sinistro;
- i) estar sempre em condições de auxiliar o CBMDF, por ocasião de sua chegada, no sentido de fornecer dados gerais sobre a ocorrência, bem como promover o rápido e fácil acesso aos dispositivos de segurança.

8.3.4. PROCEDIMENTO DIÁRIO

8.3.4.1. Nos equipamentos de combate a incêndio, verificar, sempre apresentando os relatórios à unidade competente, com proposição de resolução do problema apresentado:

- a) Se os extintores encontram-se desobstruídos e dentro de sua vigência;
- b) Se as caixas de hidrantes estão abrindo em perfeitas condições;
- c) Se os esguichos e mangueiras de incêndio estão em perfeitas condições de conexão e uso;
- d) Se os registros da rede de hidrantes estão abertos;
- e) Se as mangueiras estão armazenadas na forma recomendada pela norma;
- f) Se o nível de água dos reservatórios atende ao adequado;
- g) Se a reserva técnica de incêndio nos reservatórios está sendo mantida;

8.3.4.2. Para instalações elétricas e eletrônicas, inspecionar:

- a) As perfeitas condições de isolamento;
- b) A existência de fios e cabos soltos e ligações improvisadas;
- c) As tomadas e equipamentos instalados inadequadamente;
- d) Se existe ruído excessivo em reatores, quadros gerais e de distribuição e outros equipamentos elétricos;
- e) Outros itens que oferecem perigo quanto a incêndios;
- f) As indicações no painel de detecção e alarme de incêndio;
- g) Se as lâmpadas da escada de emergência estão acesas.

8.3.5. PROCEDIMENTO SEMANAL

8.3.5.1. Rotas de fuga, verificar, comunicando sempre ao setor responsável:

- a) As escadas internas e de emergência e rotas de saídas (corredores, hall), encontram-se desimpedidas;
- b) Os depósitos, almoxarifados, arquivos, salas e outros ambientes oferecem riscos de incêndio;
- c) As instalações de cozinhas e lanchonetes oferecem riscos de incêndio;
- d) A iluminação das escadas e corredores é satisfatória;
- e) O corrimão e fitas antiderrapantes das escadas encontram em perfeitas condições de uso;



- f) As portas corta-fogo das escadas estão em perfeitas condições de uso quanto à abertura no sentido de fluxo e se as barras antipânico e fechaduras funcionam perfeitamente.

8.3.5.2. Elevadores, verificar:

- a) Os quadros elétricos, quadros de comando, maquinário, cabine e portas;
- b) O pleno funcionamento.

8.3.6. **PROCEDIMENTO MENSAL**

8.3.6.1. Para equipamentos e instalações de incêndio:

- a) Os lacres e vencimento de carga dos extintores;
- b) A sinalização de extintores e hidrantes;
- c) As pinturas e vidros das caixas de hidrantes;
- d) Se os hidrantes estão atuando;
- e) Se os sprinklers estão em perfeito funcionamento quanto a pressão na rede;
- f) Se há vazamento e infiltração de água nas paredes dos reservatórios;

8.3.6.2. Para sistemas elétricos:

- a) O quadro geral de energia e os quadros de distribuição dos andares, quanto ao aquecimento dos disjuntores e cabos.

8.3.7. **PROCEDIMENTO TRIMESTRAL**

8.3.7.1. Equipamentos e instalações de combate a incêndio:

- a) O estado geral das tubulações dos sistemas de hidrantes.

8.3.7.2. Sistemas elétricos:

- a) O quadro geral de energia e os quadros de distribuição dos andares, quanto ao aquecimento dos disjuntores e cabos.

8.3.7.3. Testes e medições nos sistemas de detecção e combate a incêndio:

- a) A abertura e fechamento dos registros dos hidrantes e dos sprinklers;
- b) As medições da tensão nos laços da central de detecção e alarme de incêndio;
- c) A limpeza de extintores, caixas de hidrantes, detectores, central de detecção;
- d) Os testes na central de detecção e alarme de incêndio, detectores, acionadores e sirenes, para cada laço individualmente;
- e) A pesagem de extintores.

8.3.7.4. Testes e medições nos sistemas de instalações elétricas:

- a) No Grupo Gerador de Emergência quando a empresa responsável realizar testes e reaperto geral das conexões do equipamento;
- b) Nas instalações Elétricas, procedendo e/ou acompanhando as medições de tensão e corrente dos circuitos dos quadros parciais de energia.

8.3.8. **PROCEDIMENTO SEMESTRAL**



8.3.8.1. Equipamentos e instalações de combate a incêndio:

- a) Verificar a validade dos testes hidrostáticos em todas as mangueiras;
- b) A verificação de extintores de incêndio de todo o prédio, com apresentação de relatório ao gestor do contrato apontando aqueles que devem ser recarregados, aqueles que apresentem vazamentos, tenham sido usados ou que não estejam em conformidade com a ABNT NBR 15808:2013.

8.3.8.2. Equipamentos e instalações elétricas, verificar:

- a) A limpeza geral nos Quadros Geral de Baixa Tensão - QGBT;
- b) Ao reaperto nos bornes e barramentos nos Quadro Geral de Baixa Tensão - QGBT;
 - c) Ao reaperto nos bornes e barramentos no Painele de Disjuntores - QGD;
 - d) A limpeza geral no Painele de Disjuntores - QGD;
 - e) Ao reaperto geral dos parafusos de contato, dos botões de comando, disjuntores, bornes, terminais e conexões dos cabos de todos os quadros elétricos.

8.3.9. **PROCEDIMENTO ANUAL**

8.3.9.1. Equipamentos e instalações de combate a incêndio. Acompanhar quando a empresa responsável for:

- a) Retocar ou refazer a pintura dos abrigos de combate a incêndio e demais componentes visíveis;
- b) Realizar teste em todos os componentes dos sistemas: hidrantes, sprinkler, detecção, porta corta-fogo, válvulas, bombas de pressurização, etc.;
- c) Realizar a retirada da água da rede de tubulação do sistema de sprinkler por andar e a retirada da água da rede de tubulação do sistema de hidrantes por coluna;
- d) Realizar o reaperto de conexões e fixadores do Sistema Predial de Proteção contra Descarga Atmosférica - SPDA;
- e) Efetuar teste em todas as mangueiras de incêndio.

8.3.9.2. Equipamentos e instalações elétricas. Nas Instalações Elétricas, acompanhar quando a empresa responsável for:

- a) Realizar reaperto geral nos barramentos e conexões elétricas;
- b) Realizar teste no sistema para desligamento do disjuntor geral;

8.3.9.3. Deveres da Brigada nas verificações/inspeções e acompanhamento dos testes:

- a) As verificações/inspeções e testes dos procedimentos discriminados serão executados pelas empresas contratadas para esse fim, como a execução dos serviços de manutenção dos sistemas de segurança contra incêndio e pânico, sistema de instalações elétricas, manutenção dos elevadores e outras;
- b) Caberá à empresa contratada para prestação dos serviços de “Brigada de Incêndio” o acompanhamento de tais atividades, emitindo relatórios apontando os riscos existentes e as ações a serem tomadas pela Administração para a eliminação dos referidos riscos.

8.3.9.4. Atender imediatamente a qualquer chamado de emergência dentro das dependências da Instituição de competência da área de brigada, e, na área externa quando necessário.



8.3.9.5. Ser o elemento multiplicador da mentalidade prevencionista e sua importância.

8.3.9.6. Inspeccionar, periodicamente, todas as dependências da ANTAQ, visando detectar possíveis situações que possam por em risco a integridade física dos servidores e do patrimônio público.

8.3.9.7. Registrar, diariamente, em livro de ocorrência, para acompanhamento por parte da fiscalização do Contratante, as falhas ocorridas nos equipamentos, com indicação do horário de acontecimento, forma inicial de comunicação utilizada, fato motivador e horário do saneamento dos problemas, bem como de qualquer anormalidade verificada.

8.3.9.8. Realizar diariamente, por período, 3 (três) rondas internas no edifício, no período da manhã, a tarde e a noite.

8.3.9.9. Verificar se os funcionários das empresas particulares que atuam nas dependências da edificação estão portando os EPI's requeridos na atividade e comunicar ao setor competente, caso não estejam usando.

8.3.9.10. Verificar na ronda noturna a existência de algum equipamento elétrico que foi esquecido ligado e desligá-lo.

8.3.9.11. Verificação dos ambientes de copas e cozinhas, (funcionamento de tomadas, botijões de gás, respectivas mangueiras e registros, fornos de micro-ondas, máquinas de fazer café e demais equipamentos elétricos).

8.3.9.12. Verificação das condições da estrutura física do prédio.

8.3.9.13. Checagem das sinalizações internas e externas.

8.3.9.14. Realizar anualmente treinamento simulado para o abandono da edificação de conformidade com PPCI.

8.4. A execução dos serviços será iniciada na data provável de 10/02/2022.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. 01 (um) crachá de identificação para cada colaborador;

9.1.2. 01 (um) ponto eletrônico para registro de jornada diária de trabalho;

9.1.3. 06 (seis) cadernos pautados, tamanho A4 ou ofício, para registro de ocorrências;

9.2. Demais equipamentos:

TABELA 1 – EQUIPAMENTOS DE USO COLETIVO

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA
Kit com 03 (três) Rádios Transmissores com frequência autorizada pela ANATEL, de alcance apropriado para execução do serviço, com os seus respectivos conjuntos de pilhas ou baterias recarregáveis e carregador.	1	Unidade
Lanterna de LED, 80 lúmens de intensidade, bateria de alta	3	Unidade

duração, de no mínimo 4 horas de uso contínuo, resistente à umidade, cordão para transporte, com os seus respectivos conjuntos de pilhas ou baterias recarregáveis e carregador.

TABELA 2 – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA
Capacete de resgate com viseira removível, com cinta de queixo, sistema de ajuste rápido e testeira acolchoada.	3	Unidade
Óculos de proteção individual (EPI), lente incolor, resistente à impactos e choques físicos.	3	Unidade
Protetor auditivo tipo haste única e flexível, forma adaptável.	10	Unidade

TABELA 3 – MATERIAIS DE PRIMEIROS SOCORROS (estoque mínimo de 50% do quantitativo)

MATERIAIS DE PRIMEIROS SOCORROS	QUANTIDADE	MEDIDA
Compressas de gaze 08(oito) dobras (7,75cm x 7,50cm) – Pacote com 10 unidades	10	Unidade
Compressas de gaze esterilizadas (10cm x 15cm)	5	Unidade
Algodão hidrófilo não estéril 500g	2	Unidade
Ataduras de crepe (20cm de largura)	10	Unidade
Fita adesiva (microporo) 10mm x 10m	2	Unidade
Plástico protetor de queimaduras e eviscerações (0,9m x 1,2m) esterilizado	5	Unidade
Soro fisiológico de 250 ml	4	Unidade
Talas moldáveis grandes (86cm x 10cm x 02cm)	3	Unidade
Talas moldáveis médias (53cm x 08cm x 02cm)	3	Unidade
Talas moldáveis pequenas (30cm x 08cm x 02cm)	3	Unidade
Luvas de procedimento (caixa com 100 unidades)	2	Unidade
Prancha de imobilização em polietileno rígido, com aberturas para utilização do cinto aranha e imobilizador de cabeça entregues como acessórios	1	Unidade
Bandagens triangulares (140 cm x 100cm x 100cm)	5	Unidade
Ressuscitador manual (ambu)	1	Unidade
Colar cervical de cada tamanho padronizado (grande, médio e pequeno) - 1 de cada	3	Unidade
Tesoura de ponta romba	1	Unidade
Água oxigenada 10 volumes, embalada em frasco contendo 1000 ml	4	Frasco



Álcool etílico a 70% P/V, para superfícies fixas, antisepsia da pele em procedimentos de médio e baixo risco, com validade de 24 meses, apresentação em frasco de 1000 ml.	4	Frasco
Aparelho de pressão Digital	1	Unidade
Termômetro Digital Infravermelho	1	Unidade

9.3. Todos os materiais relacionados no subitem 9.2 devem ser novos, de primeira linha e de primeiro uso.

9.4. É responsabilidade da contratada a reposição de todos os materiais relacionados no subitem 9.2, quando necessário pelo desgaste irreparável causado pelo uso ou pelo uso definitivo em se tratando de material descartável.

9.5. Todo o EPI deverá estar em conformidade com a Norma Regulamentadora vigente, se houver.

9.6. O estoque de materiais de primeiro socorro não poderá ficar abaixo do estoque mínimo de 50%, devendo ser reposto quando atingir o estoque mínimo.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as características a seguir.

10.2. Para a execução dos serviços, A CONTRATADA deverá fornecer Brigada de Incêndio constituída de 04 (quatro) postos de Bombeiro Civil e 01 (um) posto de bombeiro civil líder, distribuídos segundo as categorias, escalas, jornadas, quantidade de postos e quantidades de profissionais, conforme abaixo:

- Bombeiros Civis (escala de 12X36 horas diurnas, de segunda-feira a domingo, no horário de 07 a 19 horas). Profissionais com a qualificação e competência para o desenvolvimento das atividades regulamentares previstas na NT Nº 007/2011–CBMDF, nas dependências da ANTAQ, situada no Edifício ANTAQ, Setor de Edifícios Públicos Norte - SEPN, Quadra 514, Conjunto E, Edifício ANTAQ, Brasília – DF, CEP 70.760.545.
- Bombeiro Civil (escala de 12X36 horas noturnas, de segunda-feira a domingo, no horário de 19 a 07 horas). Profissionais com a qualificação e competência para o desenvolvimento das atividades regulamentares previstas na NT Nº 007/2011–CBMDF, nas dependências da ANTAQ, situada no Edifício ANTAQ, Setor de Edifícios Públicos Norte - SEPN, Quadra 514, Conjunto E, Edifício ANTAQ, Brasília – DF. CEP 70.760.545.
- Bombeiro Civil Líder (escala de 12X36 horas diurnas, de segunda-feira a domingo, no horário de 19 a 07 horas) e atuará na prevenção e no combate a incêndios, e exercerá a autoridade de comandar, orientar e fiscalizar a atuação dos Bombeiros Civis nas dependências da ANTAQ, situada no Edifício ANTAQ, Setor de Edifícios Públicos Norte - SEPN, Quadra 514, Conjunto E, Edifício ANTAQ, Brasília – DF, CEP 70.760.545.
- O horário estabelecido para prestação dos serviços da Brigada (Bombeiros Civis, Bombeiro Civil Líder) poderá ser alterado, independente de termo aditivo, desde que obedecida à carga horária regulamentar e definida neste Termo e mediante aprovação por parte da administração da ANTAQ. Portanto fica facultada à CONTRATADA decidir a escolha entre a **utilização de folguista ou pagamento de hora-extra**, de forma a cumprir a Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009. Caso escolha a utilização de folguista, a escala destes deverá ser aprovada pela contratante com vistas



à segurança e à a manutenção de padronização, sendo, necessariamente, comunicado à ANTAQ sempre que houver a necessidade de substituição desses profissionais.

CATEGORIA: JORNADA E QUANTITATIVO DE POSTOS

	BOMBEIRO CIVIL DIURNO	BOMBEIRO CIVIL NOTURNO	BOMBEIRO CIVIL LÍDER DIURNO	TOTAL DE PROFISSIONAIS
POSTO	02	02	01	10
ESCALA	12hx36h	12hx36h	12hx36h	-
HORÁRIO	07 às 19 horas	19 às 07 horas	07 às 19 horas	-

10.3. As escalas, cargas horárias, os respectivos horários de trabalho deverão observar o disposto na Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009 e na convenção coletiva de trabalho da categoria, que esteja vigente.

10.3.1. Os Bombeiros Civis deverão estar devidamente qualificados e apresentarem documentação conforme os termos do disposto no subitem 4.4 a 4.6, de acordo com a descrição da Norma Técnica 007/2011-CBMDF.

10.4. A CONTRATADA e os Bombeiros Civis por ela contratados para a execução dos serviços, objeto da presente especificação técnica, deverão estar com os seus Certificados de Credenciamento (CRD), em vigor e devidamente atualizados, nos termos da NT Nº 007/2011–CBMDF, durante a vigência do Contrato.

10.5. O dimensionamento da brigada de incêndio para o edifício da ANTAQ está em conformidade com a legislação vigente, e aprovado pelo CBMDF, levando em consideração o risco de incêndio do prédio da ANTAQ Sede de acordo com seu uso/ocupação, classificado como B2, e a população fixa do prédio, conforme definido na tabela 2 da Norma Técnica nº 02/2016-CBMDF e no Anexo A da Norma Técnica nº 007/2011-CBMDF, e pormenorizado no Estudo Técnico Preliminar.

11. UNIFORMES

11.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

11.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

11.2.1. 02 (duas) Calça de brigadista particular em tecido RIP-STOP;

11.2.2. 02 (duas) Gandola de brigadista particular em tecido RIP-STOP

11.2.3. 01 (uma) Japona em tecido RIP-STOP;

11.2.4. 01 (um) Cinto em nylon;

11.2.5. 02 (duas) Camisetas meia manga em tecido de malha fria com emblema da empresa, estampado nas costas o nome “Brigadista”;

11.2.6. 02 (dois) pares de Meias táticas de alta performance Thermo Dry, tipo cano logo, composição Algodão (61%) Poliamida (26%), Poliéster (08%), outras fibras (05%);



11.2.7. 01 (um) par de Coturnos Preto em couro nobuk hidrofugado. Forração interna: com rápida dispersão de umidade. Solado: plano em borracha e plataforma de EVA, com isolamento térmico e elétrico;

11.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, compatível com o ambiente de trabalho, que será aprovado pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA submeter amostra de cada item previamente, podendo ser solicitada a substituição dos que não corresponderem às especificações.

11.3.1. 01 (um) conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 12 (doze) meses, ou a qualquer época quando se encontrar fora dos padrões definidos pela ANTAQ, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

11.3.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

11.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da entrega.

11.4.1. É vedada a distribuição de uniformes usados aos empregados vinculados aos serviços contratados.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.2.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);

12.2.2. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);

12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;



- 12.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 12.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 12.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 12.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 13.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5)



Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

13.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

13.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

13.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

13.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

13.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

13.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.20. Executar a atualização do Plano de Prevenção e Proteção contra Incêndio (PPCI) da ANTAQ, caso necessário, conforme disciplina a legislação vigente.

13.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

13.22. Cumprir e fazer cumprir, pelos colaboradores, a legislação trabalhista vigente.



13.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.24. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

13.24.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

13.24.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13.25. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.26. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

13.27. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

13.28. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

13.29. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

13.30. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.31. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

13.32. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.33. Substituir o profissional alocado no posto de trabalho, ausente por motivo de faltas e afastamentos legais, no prazo máximo de 03(três) horas.

13.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;



13.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.36. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.36.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.36.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.36.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.37. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

13.38. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art. 17, XII, art. 30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

13.38.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.*

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

16.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

16.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, através de (*ofício, e-mail, fax*).

16.4. A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.5. A Contratada não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

16.6. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.7. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

16.7.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

16.7.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

16.7.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;

16.7.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e

16.7.1.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.7.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

16.7.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

16.7.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

16.7.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

16.7.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

16.7.3. entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

16.7.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

16.7.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

16.7.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

16.7.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei



ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

16.7.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

16.7.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

16.7.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

16.7.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

16.7.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

16.7.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.8. *A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.*

16.8.1. *O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.*

16.8.2. *Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.*

16.8.3. *Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.*

16.9. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

16.10. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7.1 acima deverão ser apresentados.

16.11. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

16.12. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.13. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficializar à Superintendência Regional do Trabalho.

16.14. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.15. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.



16.16. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.16.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.16.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

16.16.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

16.17. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.18. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

16.18.1. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

16.19. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

16.20. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.21. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.22. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.23. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

16.24. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.25. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.26. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.



16.27. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.28. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.29. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o *Instrumento de Medição de Resultado (IMR)*, previsto no Anexo II deste termo de referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.

18.1.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

18.1.1. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.1.2. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal,

18.2.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

18.2.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

18.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes



da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

18.5. No prazo de até *10 dias corridos* a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

18.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

18.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

18.7. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

18.7.1. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.7.2. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.7.3. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, *com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto*.

18.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

18.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

19. DO PAGAMENTO

19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

19.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

19.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo **de 15 (quinze) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, observando, em último caso, o prazo máximo para pagamento, previsto no artigo 40, XIV, "a", da Lei 8.666, de 1993.

19.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



19.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 19.4.1. o prazo de validade;
- 19.4.2. a data da emissão;
- 19.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 19.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 19.4.5. o valor a pagar; e
- 19.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

19.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

19.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

19.12. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

19.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

19.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



19.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

20. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

20.1. *Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.*

20.2. *A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.*

20.2.1. *Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.*

20.3. *A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.*

20.4. *A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.*

20.4.1. *Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:*

20.4.1.1. *parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;*

20.4.1.2. *parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;*

20.4.1.3. *parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e*



20.4.1.4. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

20.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

20.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;

20.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;

20.5.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

20.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

20.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.

20.8. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

20.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

20.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

20.11. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

20.11.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

20.11.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

20.11.3. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

20.11.4. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

20.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

21.1. *Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.*

21.2. *Após o interregno de um ano, contados a partir da data do orçamento para o qual a proposta se referir, mediante solicitação da contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.*

21.3. *A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.*

21.4. *A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.*

21.5. *O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:*

21.5.1. *Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;*

21.5.2. *Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;*

21.5.3. *Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.*

21.6. *Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.*

21.7. *As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.*

21.8. *Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:*

21.8.1. *da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;*

21.8.2. *da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);*

21.8.3. *do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;*

21.9. *Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.*

21.10. *Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.*



21.11. *É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.*

21.12. *A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.*

21.13. *Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.*

21.14. *Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):*

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

I⁰ = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

22. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

22.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

22.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

22.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

22.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

22.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

22.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

22.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e



22.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

22.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

22.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

22.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

22.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

22.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

22.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

22.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

22.10. Será considerada extinta a garantia:

22.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

22.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

22.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

22.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

22.13. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

22.14. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

22.15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

23.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) **Multa de:**

(1) 0,1% (um décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 2% (dois por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 5% (cinco por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão**, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

23.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.



23.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

23.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		

6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução completa do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

23.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

23.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

23.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

23.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

23.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

23.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

23.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

23.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

23.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

23.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

23.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

23.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

24. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

24.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

24.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

24.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

24.3.1. Comprovação que já executou contrato(s) em número de postos equivalentes ao da contratação.

24.3.1.1. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos.

24.3.1.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

24.3.1.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

24.3.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24.3.1.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

24.3.2. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável

24.3.2.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume



total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

24.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

24.4.1. Valor Global Máximo: R\$ 2.083.058,40 (dois milhões, oitenta e três mil cinquenta e oito reais e quarenta centavos).

24.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

24.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

25. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

25.1. O valor máximo aceitável para a contratação, para fins de aplicação do maior desconto, será de R\$ 2.083.058,40 (dois milhões, oitenta e três mil cinquenta e oito reais e quarenta centavos).

26. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

26.1. A dotação orçamentária da contratação será a indicada no edital.

Brasília, 13 de dezembro de 2021.

Anexos:

I – Estudo Técnico Preliminar;

II – Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

Estudo Técnico Preliminar 30/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 50300.018038/2021-65

2. Descrição da necessidade

A vigência do contrato CONT-SAFANTAQ/Nº 04/2017, firmado entre a ANTAQ e a empresa ATIVA BRIGADISTA LTDA-ME, chega ao fim em 09 de fevereiro de 2022, após 60 (sessenta) meses, não havendo possibilidade de prorrogação ordinária, conforme Cláusula Segunda do Contrato.

Trata-se de serviço comum e de natureza continuada, o qual visa prevenção e combate a incêndio por meio de Brigada de Bombeiro Civil, constituída por 04 (quatro) postos de bombeiro civil e 01 (um) posto de bombeiro civil líder, com o fornecimento dos respectivos equipamentos de proteção individual e de material de primeiros socorros, para atuação nas dependências da sede da ANTAQ

O presente serviço é regulado pelas normas de segurança contra incêndio e pânico, conforme Portaria CBMDF nº 16 /2011, de 28 de fevereiro de 2011, que aprova a Norma Técnica nº 007/2011, além das Normas Técnicas NBR 14276 e NBR 14608 da ABNT, sendo essencial para minimizar situações de risco e maximizar a proteção às vidas e ao patrimônio da ANTAQ.

É de suma importância à realização de novo processo licitatório para contratação de empresa especializada, para que o serviço não sofra descontinuidade, podendo, desta forma, afetar a missão finalística da agência, assim como bom funcionamento das rotinas administrativas da ANTAQ.

Conforme dispõe o Decreto 2.271/97 c/c art. 7º e Instrução Normativa nº 05/2017- LTI/MPOG, o serviço em referência deve ser objeto de execução indireta, ou seja, deve ser contratado de terceiros pela Administração, visto que não existem categorias profissionais com essas atribuições no Plano de Cargos desta Autarquia.

Destarte, trata-se da contratação de empresa prestadora de serviço de Bombeiro Civil, especializada na prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio por meio de Brigada de Bombeiro Civil, constituída por 04 (quatro) postos de bombeiro civil e 01 (um) posto de bombeiro civil líder, com o fornecimento dos respectivos equipamentos de proteção individual e de material de primeiros socorros, para atuação nas dependências da sede da ANTAQ, Setor de Edifícios Públicos Norte - SEPN, Quadra 514, Conjunto E, Edifício ANTAQ, Brasília – DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

<u>GRUPO</u>	<u>ITEM</u>	<u>DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>QUANT. DE POSTOS</u>	<u>QUANT. TOTAL DE BRIGADISTAS</u>	<u>TURNO</u>	<u>JORNADA DE TRABALHO SEMANAL</u>	<u>VALOR MÁXIMO MENSAL POR POSTO</u>
1	1	Bombeiro Civil Líder	1	2	Diurno	12x36	R\$ 21.803,66
	2	Bombeiro Civil	2	4	Diurno	12x36	R\$ 17.454,86
	3	Bombeiro Civil	2	4	Noturno	12x36	R\$ 19.374,23
QUANTIDADE TOTAL			5	10	TOTAL MENSAL		R\$ 95.461,83
Valor Global Da Contratação (20 Meses) - Máximo Aceitável						R\$ 1.909.236,67	

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Superintendência de Administração e Finanças	Alexandre Ribeiro Pereira Lopes
Gerência de Recursos Logísticos	Aline Andrade Nacácio da Silva
Coordenadoria de Serviços Gerais	Hugo Delleon Miranda

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O objeto da licitação é um de serviço comum de natureza continuada com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva para execução de prevenção e combate a incêndio por meio de brigada de bombeiro civil, constituída por 04 (quatro) postos de bombeiro civil e 01 (um) posto de bombeiro civil líder, com o fornecimento dos respectivos equipamentos de proteção individual e de material de primeiros socorros, para atuação nas dependências da sede da ANTAQ, Setor de Edifícios Públicos Norte - SEPN, Quadra 514, Conjunto E, Edifício ANTAQ, Brasília – DF

Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada Por Preço Global.

O prazo de vigência do contrato é de 20 (vinte) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

Requisitos necessários para o atendimento da necessidade de prestação dos serviços seguem o que determina a IN/SLTI n.º 05/2017, bem como em seu Anexo VI, e o Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego - CBO - n.º 5103-05 (Bombeiro Civil Líder ou Chefe da Brigada) e n.º 5171-10 (Bombeiro Civil), CATSER n.º 25550. Estes dispositivos envolvem a alocação de mão de obra capacitada por meio dos postos fixados pela ANTAQ.

Para a adequada prestação dos serviços, a Contratada deverá cumprir todos os requisitos previstos no Anexo A da Norma Técnica 007/2011 do CBMDF que indica os profissionais e o quantitativo, com a qualificação e as características a seguir descritas:

O Bombeiro Civil Líder deve possuir certificado de conclusão de ensino médio e o Credenciamento de Bombeiro Civil, previsto nos termos na Norma Técnica 007/2011-CBMDF ou outra que vier a substituí-la.

O Bombeiro Civil Básico deve possuir certificado de conclusão de ensino fundamental e formação técnica com especialização em prevenção e combate a incêndios, salvamento e primeiros socorros, comprovada por meio de certificação expedida por Empresas Formadoras de Bombeiro Civil credenciadas ao CBMDF, nos termos da Norma Técnica 07/2011-CBMDF ou outra que vier a substituí-la.

Os Bombeiros Civis Líderes e Básicos deverão exercer todas as atribuições previstas na Norma Técnica 007/2011 do CBMDF ou outras legislações relacionadas à profissão e estar fisicamente aptos. A atuação da empresa Contratada compreende a execução dos serviços na área de segurança contra incêndio e pânico, abandono da edificação, bem como o desenvolvimento e manutenção de uma mentalidade prevencionista nas dependências da ANTAQ, através do fornecimento e atuação de Brigada de Incêndio Particular, devidamente constituída, certificada e capacitada.

Incumbirá ao Bombeiro Civil Líder a revisão, atualização e manutenção do estoque de materiais e equipamentos de uso da Brigada de Incêndio, de acordo com o mínimo estabelecido pela administração.

O Bombeiro Civil líder atuará na prevenção e no combate a incêndios, e exercerá a autoridade de comandar, orientar e fiscalizar a atuação dos demais Bombeiros Civis.

Os serviços a serem executados pela Brigada de Incêndio envolvem ações de planejamento e acompanhamento, de prevenção e de emergência, devendo ser observadas as atribuições de seus membros, que deverão exercer, no mínimo, as atividades abaixo elencadas e outras estabelecidas na Norma Técnica nº 007/2011-CBMDF.

5. Levantamento de Mercado

Solução 1:	Descrição
	Prestação direta dos serviços por servidores de carreira.
Vantagens	Possibilidade de gerir e executar diretamente o serviço.
	Possibilidade de aumentar o efetivo de seguranças por meio de concurso público.
Desvantagens	Ausência, nos quadros da Agência, do cargo de bombeiro civil.
	Autorização, por lei, para criação dos cargos, para posterior contratação por concurso público.
	Trabalho burocrático com licença para aquisição, posse e porte, além da manutenção e guarda do armamento necessário.

Solução 2:	Descrição
	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio por meio de Brigada de Bombeiro Civil
Vantagens	Ausência de custo de inserção de nova categoria no quadro de servidores da Agência.
	Ausência de custo com contratação por concurso público de servidores.
	Ausência de custo com pagamento de remunerações e demais encargos dos servidores
	Ausência de relação empregatícia com os vigilantes.
Desvantagens	Prestação indireta do serviço com critérios de execução regidos por contrato.

Ausência de garantia da perfeita execução pela empresa vencedora, embora seja prevista sanções no edital e em seus anexos.
--

6. Descrição da solução como um todo

Após avaliação das soluções e de suas vantagens e desvantagens tendo em vista o cenário da ANTAQ, optou-se pela contratação de empresa especializada na prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio por meio de Brigada de Bombeiro Civil, especializada na prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio por meio de Brigada de Bombeiro Civil.

A escolha da presente solução levou-se em consideração ausência, nos quadros da Agência, do cargo de bombeiro civil e que se demonstra técnica e economicamente viável aos anseios da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, tendo em vista a busca pela eficiência técnica, material e objetividade administrativa na realização dos serviços, além de agrupar a responsabilidade de execução contratual a um único fornecedor para fins de imputação objetiva pelas inexecuções resultantes da prestação de serviços.

Requisito	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal?	X		
A Solução atende à demanda da ANTAQ?	X		
A Solução atende ao art. 1º e 3º do Decreto 9.507/18	X		
Os profissionais deverão ter qualificação específica para exercer as atividades?	X		
A ANTAQ possui relação empregatícia com os profissionais?		X	

Benefícios Esperados

Ordem	Benefício
1	Atendimento às necessidades de prevenção e combate a incêndio por meio de Brigada de Bombeiro Civil da ANTAQ Sede.
2	Redução do custo com contratação direta de profissionais.
3	Atendimento ao art. 3º do Decreto nº 9.507/18 c/c art. 7º, Instrução Normativa nº 05/2017- LTI/MPOG e § 1º.
4	Contratação de empresa que forneça o melhor preço para a execução dos serviços de prevenção e combate a incêndio por meio de Brigada de Bombeiro Civil, considerando o tripé economicidade, eficácia e eficiência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

CATEGORIA: JORNADA E QUANTITATIVO DE POSTOS

	BOMBEIRO CIVIL DIURNO	BOMBEIRO CIVIL NOTURNO	BOMBEIRO CIVIL LÍDER DIURNO	TOTAL DE PROFISSIONAIS
POSTO	02	02	01	10
ESCALA	12hx36h	12hx36h	12hx36h	-
HORÁRIO	07 às 19 horas	19 às 07 horas	07 às 19 horas	-

As escalas, cargas horárias, os respectivos horários de trabalho deverão observar o disposto na Lei nº 11.901, de 12 de janeiro de 2009 e na convenção coletiva de trabalho da categoria, que esteja vigente.

Os Bombeiros Civis deverão estar devidamente qualificados e apresentarem documentação conforme os termos do disposto no subitem 4.4 a 4.6, de acordo com a descrição da Norma Técnica 007/2011-CBMDF.

A CONTRATADA e os Bombeiros Civis por ela contratados para a execução dos serviços, objeto da presente especificação técnica, deverão estar com os seus Certificados de Credenciamento (CRD), em vigor e devidamente atualizados, nos termos da NT Nº 007/2011-CBMDF, durante a vigência do Contrato.

O dimensionamento da brigada está em conformidade com o Anexo A da Norma Técnica 007/2011 do CBMDF.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.909.236,67

Para definir a estimativa de preço adotado no mercado, foram realizadas pesquisas de mercado, e sintetizadas no quadro abaixo:

EMPRESA/ PREGÃO	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	TURNO	QTDE TOTAL DE POSTOS	VALOR TOTAL POR POSTO	VALOR TOTAL MENSAL	VALOR TOTAL ANUAL	VALOR TOTAL 20 MESES
ATIVA BRIGADISTA	Bombeiro Civil Líder	Diurno	1	R\$ 24.958,01	R\$ 111.231,63	R\$ 1.334.779,62	R\$ 2.224.632,60
	Bombeiro Civil	Diurno	2	R\$ 20.406,47			

	Bombeiro Civil	Noturno	2	R\$ 22.730,35			
PREGÃO 137-20 SENADO FEDERAL	Bombeiro Civil Líder	Diurno	1	R\$ 20.458,46	R\$ 91.261,14	R\$ 1.095.133,68	R\$ 1.825.222,80
	Bombeiro Civil	Diurno	2	R\$ 16.822,60			
	Bombeiro Civil	Noturno	2	R\$ 18.578,74			
PREGÃO 04 /21 MINFRA	Bombeiro Civil Líder	Diurno	1	R\$ 19.994,52	R\$ 89.033,32	R\$ 1.068.399,84	R\$ 1.780.666,40
	Bombeiro Civil	Diurno	2	R\$ 16.465,05			
	Bombeiro Civil	Noturno	2	R\$ 18.054,35			
PREGÃO 19-21 CONSELHO DA JUIÇA FEDERAL DF	Bombeiro Civil Líder	Diurno	1		R\$ 69.680,64	R\$ 836.167,68	R\$ 1.393.612,80
	Bombeiro Civil	Diurno	2	R\$ 16.706,86			
	Bombeiro Civil	Noturno	2	R\$ 18.133,46			
PREGÃO 42-2020 - CENSIPAM	Bombeiro Civil Líder	Diurno	1		R\$ 33.746,64	R\$ 404.959,68	R\$ 674.932,80
	Bombeiro Civil	Diurno	2	R\$ 16.873,32			
	Bombeiro Civil	Noturno	2				
VALOR MÉDIO	Bombeiro Civil Líder	Diurno	1	R\$ 21.803,66	R\$ 95.461,83	R\$ 1.145.542,00	R\$ 1.909.236,67
	Bombeiro Civil	Diurno	2	R\$ 17.454,86			
	Bombeiro Civil	Noturno	2	R\$ 19.374,23			

Em observância ao disposto no art. 2º da IN 05/2014, alterada pela IN 03/2017, foi realizada ampla pesquisa de preços no Painel de Preços e solicitada propostas às mais diversas empresas especializadas do ramo, tendo como resultado a tabela acima.

Por oportuno, destaca-se que atualmente os valores pagos, de acordo com a última repactuação, pela ANTAQ em relação ao referido contrato são:

- VALOR TOTAL MENSAL: R\$ 92.731,96
- VALOR TOTAL ANUAL: R\$ 1.112.783,52
- VALOR TOTAL 20 MESES: R\$ 1.854.638,60

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica o parcelamento por se tratar de objeto único.

Por se tratar de contratação simples, com postos definidos e atribuições semelhantes, é inviável o parcelamento, sendo mais vantajoso e eficaz a prestação do serviço por uma única empresa.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Foi realizado levantamento amplo e detalhado das necessidades, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, a serem satisfeitas, além das possíveis soluções, formas e atores, os quais foram sintetizados no presente documento e no Termo de Referência da contratação.

A presente contratação consta do PAC 2021.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Por se tratar de uma contratação de serviços de prevenção e combate a incêndio por meio de Brigada de Bombeiro Civil e fornecimento de equipamentos de uso coletivo, de proteção individual e de material de primeiros socorros, a instituição economiza e pode prever antecipadamente o que será gasto para o melhor atendimento do público interno e externo;

A contratação do serviço com os equipamentos inclusos evita que sejam investidos tempo e gasto com processos de compras individuais de pequenos itens ;

O fato do contrato ser renovável nos termos da lei, faz com que a instituição economize em processos licitatório anuais, desde que seja demonstrada a continuidade da economicidade nas renovações contratuais;

Benefícios Esperados

Ordem	Benefício
1	Atendimento às necessidades de prevenção e combate a incêndio por meio de Brigada de Bombeiro Civil da ANTAQ Sede.
2	Redução do custo com contratação direta de profissionais.
3	Atendimento ao art. 3º do Decreto nº 9.507/18 c/c art. 7º, Instrução Normativa nº 05/2017- LTI/MPOG e § 1º.
4	Contratação de empresa que forneça o melhor preço para a execução dos serviço de prevenção e combate a incêndio por meio de Brigada de Bombeiro Civil, considerando o tripé economicidade, eficácia e eficiência.
5	Agilidade no desenvolvimento das atividades da ANTAQ com apoio de mão-de-obra especializada em prevenção e combate a incêndio por meio de Brigada de Bombeiro Civil.
6	Garantia de continuidade dos serviços administrativo.

13. Providências a serem Adotadas

Não será necessário adequação do ambiente nem a adoção de providências, pois já existe execução do objeto atualmente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A execução do serviço não envolve impactos ambientais significativos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Assim, diante do exposto acima, entendemos ser técnica e economicamente **VIÁVEL** a contratação da solução demandada, justificada pela necessidade e pela forma proposta de prestação do serviço.

16. Responsáveis

SEI nº 1451201

ALEXANDRE ALVES DE SANTANA

Analista Administrativo/Fiscal do Contrato



ANEXO I AO TERMO DE REFERÊNCIA
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

PROCESSO Nº: 50300.018038/2021-65

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, CNPJ n.º 04.903.587/0001-08, com sede na SEPN Quadra 514, Conjunto E, Asa Norte - Edifício ANTAQ - Brasília/DF, representada neste ato por _____, em sequência denominada simplesmente **Contratante**; e a pessoa jurídica _____, CNPJ n.º _____, com sede na _____, neste ato representada por _____, portador do CPF n.º _____ e da Cédula de Identidade RG n.º _____, daqui por diante denominada simplesmente **Contratada**, firmam o presente **Instrumento de Medição de Resultado – IMR**, como anexo ao Termo de Referência de prestação do serviço de prevenção e combate a incêndio por meio de Brigada de Bombeiro Civil no edifício sede da ANTAQ.

1. **Definição:** Instrumento de Medição de Resultado - IMR ou Acordo de Nível de Serviços – ANS é o mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e respectivas adequações de pagamento.
2. **Objetivo a atingir:** prestação do serviço em elevados níveis de qualidade, para fins de eficiência e economicidade.
3. **Forma de avaliação:** definição de situações (indicadores) que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de grau de correspondência de 1 a 10 pontos, de acordo com os Indicativos de metas a cumprir, compreendendo descontos de 0,2% a 3,2% do valor mensal contratado.
4. **Descontos x sanções administrativas:** embora a aplicação de índices aos indicativos seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Administração da Contratante poderá, pelo nível crítico de qualidade insuficiente em qualquer dos indicativos, aplicar as penalidades previstas em contrato, ficando desde já estabelecido que, quando o **percentual de descontos no mês for superior a 10% (dez por cento), poderá restar caracterizada inexecução parcial do contrato**, o que implicará na abertura de procedimento de aplicação de **sanção administrativa, nos termos da Lei e do Contrato, observada o contraditório e ampla defesa**.

Indicador 1 – Assiduidade e pontualidade	
Item	Descrição
Finalidade	Verificar a assiduidade e a pontualidade dos colaboradores.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência de falta ou atraso no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências pelo fiscal do contrato com base no definido contratualmente.
Forma de acompanhamento	Pessoalmente pelo fiscal do contrato através de livro de registros ou outro instrumento similar.



Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia).
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 10 Pontos 1 ocorrência = 8 Pontos 2 ocorrências = 6 Pontos 3 ocorrências = 4 Pontos 4 ocorrências = 2 Ponto 5 ou mais ocorrências = 0 Pontos
Sanções	Ver item 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS no TR.
Observações	-

Indicador 2 – Qualidade, limpeza, adequação e uso do uniforme	
Item	Descrição
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas ao fornecimento e uso dos uniformes.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências pelo fiscal do contrato.
Forma de acompanhamento	Pessoalmente pelo fiscal do contrato através de livro de registros ou outro instrumento similar.
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia).
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 10 Pontos 1 ocorrência = 8 Pontos 2 ocorrências = 6 Pontos 3 ocorrências = 4 Pontos 4 ocorrências = 2 Ponto 5 ou mais ocorrências = 0 Pontos
Sanções	Ver item 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS no TR.
Observações	-



Indicador 3 – Integração, participação e colaboração com a equipe	
Item	Descrição
Finalidade	Averiguar se o profissional colabora e participa ativamente de sua equipe, promovendo um bom relacionamento entre seus colegas, terceirizados ou não.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência negativa no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências pelo fiscal do contrato.
Forma de acompanhamento	Relatos recebidos e/ou questionamentos feitos pelo fiscal do contrato, formalmente registrados em livro de registros ou outro instrumento similar.
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia).
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 10 Pontos 1 ocorrência = 8 Pontos 2 ocorrências = 6 Pontos 3 ocorrências = 4 Pontos 4 ocorrências = 2 Ponto 5 ou mais ocorrências = 0 Pontos
Sanções	Ver item 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS no TR.
Observações	-

Indicador 4 – Cordialidade e trato com o público atendido	
Item	Descrição
Finalidade	Avaliar o atendimento dispensado ao público tanto interno como externo.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências pelo fiscal do contrato.
Forma de acompanhamento	Relato do público atendido ou pessoalmente pelo fiscal do contrato através de livro de registros ou outro instrumento similar.
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia).



Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 10 Pontos 1 ocorrência = 8 Pontos 2 ocorrências = 6 Pontos 3 ocorrências = 4 Pontos 4 ocorrências = 2 Ponto 5 ou mais ocorrências = 0 Pontos
Sanções	Ver item 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS no TR.
Observações	-

Indicador 5 – Domínio das rotinas de trabalho	
Item	Descrição
Finalidade	Determinar o nível de domínio das rotinas de trabalho pelo colaborador.
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência de erro nas rotinas no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências pelo fiscal do contrato, devidamente registradas.
Forma de acompanhamento	Relato do público atendido ou pessoalmente pelo fiscal do contrato através de livro de registros ou outro instrumento similar.
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia).
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 10 Pontos 1 ocorrência = 8 Pontos 2 ocorrências = 6 Pontos 3 ocorrências = 4 Pontos 4 ocorrências = 2 Ponto 5 ou mais ocorrências = 0 Pontos
Sanções	Ver item 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS no TR.
Observações	-

Indicador 6 – Tempo de resposta às solicitações da contratante	
Item	Descrição
Finalidade	Acompanhar o tempo de resposta às solicitações da contratante.



Meta a cumprir	Atender às solicitações dentro dos prazos estabelecidos no TR.
Instrumento de medição	Constatação formal de solicitações não atendidas dentro do prazo pelo fiscal do contrato, formalmente registradas.
Forma de acompanhamento	Relato do público atendido ou pessoalmente pelo fiscal do contrato através de livro de registros ou outro instrumento similar.
Periodicidade	Por evento/solicitação à contratante.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem atrasos = 10 Pontos 1 resposta com atraso = 8 Pontos 2 respostas com atraso = 6 Pontos 3 respostas com atraso = 4 Pontos 4 respostas com atraso = 2 Ponto 5 ou mais com atraso = 0 Pontos
Sanções	Ver item 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS no TR.
Observações	-

Indicador 7 – Atraso no pagamento de salários e outros benefícios	
Item	Descrição
Finalidade	Evitar ocorrências de atrasos de pagamento
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências, registradas em documentos.
Forma de acompanhamento	Pelo fiscal do contrato através de documentos comprobatórios inseridos em livro de registros ou outro instrumento similar.
Periodicidade	Mensal, nos termos do Art. 459, § 1º, do Decreto-Lei 5452/43, ou data base fornecida por convenção coletiva da categoria.
Mecanismo de Cálculo	Identificação de ocorrência de atraso no mês de referência
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 20 Pontos Ocorrência = 0 Pontos
Sanções	Ver item 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS no TR.
Observações	-



Indicador 8 – Demora na substituição ou cobertura de funcionário ausente	
Item	Descrição
Finalidade	Evitar demora na substituição
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de medição	Constatação formal de ocorrências, registradas em documentos.
Forma de acompanhamento	Pelo fiscal do contrato através de documentos comprobatórios inseridos em livro de registros ou outro instrumento similar.
Periodicidade	Por evento/solicitação à contratante.
Mecanismo de Cálculo	Identificação de ocorrência no mês de referência
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 20 Pontos 1 ocorrência = 16 Pontos 2 ocorrências = 12 Pontos 3 ocorrências = 8 Pontos 4 ocorrências = 4 Ponto 5 ou mais ocorrências = 0 Pontos
Sanções	Ver item 22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS no TR.
Observações	-

PONTOS	DESCONTO
95 a 100	0,0% sobre o valor mensal do contrato
80 a 94	0,2% sobre o valor mensal do contrato
60 a 79	0,4% sobre o valor mensal do contrato
40 a 59	0,8% sobre o valor mensal do contrato
10 a 39	1,6% sobre o valor mensal do contrato
0 a 9	3,2% sobre o valor mensal do contrato

O pagamento mensal ficará vinculado ao cumprimento do Nível de Serviço definido neste Anexo, bem como pela análise de ausências de prestação de serviços e sanções administrativas.

Os desconto aplicados neste IMR não impedem a aplicação de multa sancionatória.

O valor do pagamento mensal dos serviços será calculado como sendo o valor mensal do contrato subtraídos os descontos (pela aplicação deste Instrumento), glosas (por não prestação de serviços) e multas (sanções administrativas) computadas e aplicáveis no período correspondente.



Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Superintendência de Administração Financeira
Gerência de Recursos Logísticos - GRL

$$\mathbf{VPM = VMC - TDGM}$$

Onde:

VPM = Valor a Ser Pago no Mês

VMC = Valor Mensal do Contrato

TDGM = Total de Descontos, Glosas e Multas no Mês